



UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI
Programa de Pós-Graduação em Educação em Direitos Humanos

Josiany Eliza Bueno de Rezende

**MULHERES CIENTISTAS E “TRABALHOS DE MULHER”: UMA ANÁLISE
SOBRE A ATUAL PARTICIPAÇÃO FEMININA NO CAMPO CIENTÍFICO
BRASILEIRO.**

**Diamantina
2024**

Josiany Eliza Bueno de Rezende

**MULHERES CIENTISTAS E “TRABALHOS DE MULHER”: UMA ANÁLISE
SOBRE A ATUAL PARTICIPAÇÃO FEMININA NO CAMPO CIENTÍFICO
BRASILEIRO.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação em Direitos Humanos da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, como requisito para obtenção do título de especialista.

Orientador: Prof. Kinulpe Honorato Sampaio

**Diamantina
2024**

Catálogo na fonte - Sisbi/UFVJM

R467 Rezende, Josiany Eliza Bueno
2024 MULHERES CIENTISTAS E "TRABALHOS DE MULHER" [manuscrito] :
UMA ANÁLISE SOBRE A ATUAL PARTICIPAÇÃO FEMININA NO CAMPO
CIENTÍFICO BRASILEIRO / Josiany Eliza Bueno Rezende. --
Diamantina, 2024.
31 p. : il.

Orientador: Prof. Kinulpe Honorato Sampaio.

Monografia (Especialização em Educação em Direitos Humanos)
-- Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri,
Curso de Especialização em Educação em Direitos Humanos,
Diamantina, 2024.

1. Educação em Direitos Humanos. 2. Ciências. 3. Mulheres.
I. Honorato Sampaio, Kinulpe. II. Universidade Federal dos
Vales do Jequitinhonha e Mucuri. III. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFVJM com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Este produto é resultado do trabalho conjunto entre o bibliotecário Rodrigo Martins Cruz/CRB6-
2886
e a equipe do setor Portal/Diretoria de Comunicação Social da UFVJM

Josiany Eliza Bueno de Rezende

***MULHERES CIENTISTAS E “TRABALHOS DE MULHER”: UMA ANÁLISE SOBRE A ATUAL
PARTICIPAÇÃO FEMININA NO CAMPO CIENTÍFICO BRASILEIRO***

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como parte dos requisitos exigidos para a obtenção título de Especialista em Educação em Direitos Humanos, na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

Orientador: Kinulpe Honorato Sampaio

Data de aprovação: 04/12/2024

Documento assinado digitalmente
 **KINULPE HONORATO SAMPAIO**
Data: 05/12/2024 09:59:38-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Kinulpe Honorato Sampaio
Diretoria de Educação Aberta e a Distância – UFVJM – Orientador

Documento assinado digitalmente
 **LUANA PEREIRA LEITE SCHETINO**
Data: 05/12/2024 14:37:09-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Luana Pereira Leite Schetino
Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências, Matemática e Tecnologia - UFVJM

Documento assinado digitalmente
 **CAROLINA VANETTI ANSANI**
Data: 09/12/2024 21:03:06-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Carolina Vanetti Ansani
Centro Integrado de Pós-Graduação e Pesquisa em Saúde da UFVJM - CIPq

Diamantina

AGRADECIMENTOS

Agradeço à orientação minuciosa e precisa do prof. dr. Kinulpe Honorato Sampaio. E a todo corpo docente da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri pelos ensinamentos ministrados nesta Pós-Graduação.

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso tem como objetivo analisar as trajetórias e empecilhos das mulheres no campo científico brasileiro. Para tanto, investiga-se reportagens publicadas pela plataforma G1. A escolha da fonte foi devido à alta circulação e acesso por parte da população brasileira. A partir do recorte temporal de 2022 a 2023, observa-se que as mulheres cientistas ainda enfrentam barreiras de acesso e permanência nesse meio. Visando proporcionar uma participação feminina na ciência de maneira equiparada à ocupação desses por homens, faz-se necessário uma educação em Direitos Humanos, na tentativa de mitigar a violência contra as mulheres, seja psicológica, física, sexual ou financeira.

Palavras-chave: Educação em Direitos Humanos; Mulheres na Ciência; Gênero.

ABSTRACT

This undergraduate thesis aims to analyze the trajectories and obstacles faced by women in the Brazilian scientific field. To this end, it examines reports published by the G1 platform. The choice of this source was based on its high circulation and accessibility to the Brazilian population. From the temporal period of 2022 to 2023, it is observed that female scientists still face barriers to access and remain in this field. In order to achieve female participation in science on par with male involvement, it is necessary to promote education in Human Rights, with the goal of mitigating violence against women, whether psychological, physical, sexual, or financial.

Keywords: Human Rights Education; Women in Science; Gender.

LISTA DE SIGLAS

UFVJM - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Sumário

INTRODUÇÃO.....	09
CAPÍTULO 1: gênero, espaços e papéis sociais.....	10
CAPÍTULO 2: trabalhos de mulheres: o longo caminho até a ocupação de espaços ditos masculinos.....	20
CAPÍTULO 3: mulheres cientistas no Brasil contemporâneo.....	23
CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	27
REFERÊNCIAS.....	27

INTRODUÇÃO

O texto a seguir diz respeito à forma como é apresentado a atuação das mulheres brasileiras na ciência de acordo com a plataforma de notícias G1, tendo como recorte temporal os anos de 2022 a 2023. A partir da análise qualitativa das reportagens¹ desenha-se um panorama das dificuldades enfrentadas pelas mulheres no campo científico. Para a referida investigação, articula-se alguns conceitos essenciais, *gênero* e *patriarcado*, que nos oferecem ferramentas para operar a análise referente à temática supracitada.

Este trabalho interliga as desigualdades de gênero às discussões sobre a educação em direitos humanos. As relações de gênero são centrais para compreender a organização social, política e cultural da sociedade. Fundamentadas em uma construção histórica e sociocultural, as relações de gênero expressam desigualdades, hierarquias e papéis atribuídos a homens e mulheres, assim como a outras identidades de gênero que rompem com as dicotomias tradicionais. Nesse contexto, a educação em direitos humanos emerge como um campo estratégico para promover a igualdade de gênero e combater discriminações e violências estruturais.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e tratados internacionais subsequentes, como a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW, 1979), demonstram o compromisso global com a igualdade de gênero. Entretanto, as violações de direitos com base no gênero continuam a ser uma das formas mais persistentes de injustiça social, manifestando-se por meio de práticas como a violência doméstica, a discriminação no ambiente de trabalho, o acesso desigual à educação e a exclusão de grupos marginalizados, como pessoas trans e não-binárias.

No campo educacional, a inclusão de discussões sobre gênero na educação em direitos humanos desempenha um papel essencial na formação de indivíduos críticos e comprometidos com a transformação social. Essa abordagem exige uma pedagogia emancipatória que dialogue com as realidades vividas pelos estudantes, desnaturalizando as desigualdades e promovendo a construção de subjetividades respeitadas e éticas. A escola, enquanto espaço de socialização primária, possui o potencial de desconstruir estereótipos e fomentar uma cultura de respeito e equidade.

Todavia, a articulação entre gênero e educação em direitos humanos enfrenta desafios significativos. Em muitos contextos, a implementação de práticas educativas que discutam questões de gênero é alvo de resistências político-ideológicas, frequentemente associadas a discursos moralistas e conservadores que desqualificam tais iniciativas. Essas resistências

¹ Veja um esboço das reportagens no anexo da monografia.

reforçam a invisibilização de desigualdades estruturais e comprometem a efetivação de direitos fundamentais.

Assim sendo, a promoção de uma educação em direitos humanos sensível às questões de gênero requer o fortalecimento de políticas públicas, formação docente contínua e o engajamento da sociedade civil. É preciso compreender que a igualdade de gênero não é apenas um objetivo educacional, mas algo ético e um pilar essencial para a construção de sociedades mais justas e democráticas. A partir dessa perspectiva, a educação atua como um motor transformador, contribuindo para a superação de hierarquias e para a consolidação de uma cultura de paz e respeito aos direitos humanos.

Tendo em vista a discussão supracitada, o presente trabalho é dividido em três capítulos. No primeiro, discutem-se os conceitos fundamentais para a análise das fontes. No segundo apresenta-se os trabalhos *femininos* e a ocupação do mercado de trabalho e da ciência ao longo do tempo pelas mulheres. Por fim, no terceiro capítulo, são analisadas as reportagens da plataforma G1 tendo como objetivo observar os entraves enfrentados pelas mulheres no campo científico.

CAPÍTULO 1: GÊNERO, ESPAÇOS E PAPEIS SOCIAIS

Historicamente, às mulheres foram delegadas atividades relacionadas ao zelo, estando, na maior parte do tempo, relegadas ao espaço doméstico e ao cuidado da família, distanciando-as do espaço público. Aqui propõe-se a debruçar sobre as mulheres na ciência e os empecilhos e catapultas pelos quais essas mulheres atravessaram. Para tanto, alguns conceitos auxiliam a pensar sobre esses entraves, aqui, discorreremos sobre dois deles: o de *gênero* e o de *patriarcado*.

1. Gênero e patriarcado: conceitos essenciais para pensar as mulheres cientistas

A utilização do termo *gênero* como categoria analítica começou na segunda metade do século XX, embalada dentro da historiografia e das ciências sociais pelas análises a respeito do protagonismo feminino. Dentro da história do feminismo, houve o entrelaçamento dos conceitos de *mulher*, *mulheres* e *relações de gênero*. Nesse espectro, as feministas acadêmicas defendiam que o sujeito não é algo estático e a priori, mas sim, parte de uma dinâmica social,

inserido em relações sociais, políticas e étnicas². No entanto, há diversas divergências entre os pesquisadores no que tange a *história das mulheres* e na conceitualização de *gênero*.

A história das mulheres, impulsionada pelos movimentos feministas, tem início nos anos de 1970, mesmo que a profissionalização do campo tenha se desenvolvido em meados do século XIX. Desde que a História tornou-se uma disciplina acadêmica, ela era dominada por historiadores, masculinos, isso devido à quase ausência das mulheres do espaço público e o consequente *lugar feminino* ser o espaço doméstico. Assim sendo, todas as atividades da história profissional, como a pesquisa e o ensino ficavam a cargo dos homens. O resultado dessa forma de profissionalização foi a produção historiográfica voltada à história política dos grandes heróis - homens - e à construção e investigação sobre os Estados e as nações³. Dentre as diversas ciências humanas, a História foi a que adotou o conceito de *mulher, mulheres* e *gênero* de forma mais tardia. Isso tem sido atribuído ao “caráter universal dado ao sujeito da história”⁴, esse sujeito era homem, branco e ocidental, excluindo da historiografia todos os sujeitos que extrapolam esse escopo.

Entretanto, a

história dos séculos XIX e XX, todavia, não foi escrita somente por historiadores homens, nem versa apenas sobre eles. Desde o final do século XVIII, as mulheres do Ocidente têm demonstrado um interesse profícuo nas questões de gênero e seu registro, embora não gozem de igual reconhecimento. Se coube a eles a prestigiada história profissional, um grupo de historiadoras amadoras encontrou um modo mais “superficial” para escrever sobre o passado. [Elas] dedicaram-se a uma grande quantidade de histórias culturais e sociais, narrativas sobre rainhas e mulheres singulares de seu tempo.⁵

A partir do surgimento da Escola dos Annales, nos anos de 1930, houve uma ampliação do que era entendido como fontes históricas, contribuindo para o deslocamento do foco nos fatos políticos para acontecimentos da vida privada, alargando a análise historiográfica sobre as práticas quotidianas e comuns. Isso, aliado ao movimento feminista

² RAGO, 2019 apud MACHADO, Bárbara Araújo; PINHEIRO, Camila Fernandes. **Relações de gênero e trabalho: história e teoria**. Curitiba: Intersaberes, 2023, p. 55. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 02 out. 2024.

³ MACHADO, Bárbara Araújo; PINHEIRO, Camila Fernandes. **Relações de gênero e trabalho: história e teoria**. Curitiba: Intersaberes, 2023, p.21 . E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 02 out. 2024.

⁴ SOIHET, 2007 apud MACHADO, Bárbara Araújo; PINHEIRO, Camila Fernandes. **Relações de gênero e trabalho: história e teoria**. Curitiba: Intersaberes, 2023, p. 23. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 02 out. 2024.

⁵ MACHADO, Bárbara Araújo; PINHEIRO, Camila Fernandes. **Relações de gênero e trabalho: história e teoria**. Curitiba: Intersaberes, 2023, p. 23. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 02 out. 2024.

supracitado, à antropologia, à nova história social e à história das mentalidades permitiu a existência de uma *história das mulheres*.

Em sintonia com o campo historiográfico, o contexto histórico da década de 1970 foi de crescimento de debates sobre os direitos das mulheres em organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), que celebrou o ano Internacional das Mulheres em 1975 e a década delas entre 1976 e 1985. No âmbito nacional, crescia a participação feminina no ensino superior e no mercado de trabalho, o que influenciou o interesse por sua história.⁶

No tocante à produção científica, a história das mulheres permitiu a criticidade de uma revisão dos conhecimentos históricos ao questionar a neutralidade da disciplina histórica e as relações entre público e privado, no entanto, houve discordâncias e críticas com relação às produções dessa área. A principal indagação dos críticos era a existência de efeito para a História em reconhecer a participação das mulheres nos diversos acontecimentos, isso levou a interpretação de que a *História das Mulheres* era apenas uma visão parcial e descritiva da História⁷. Essa crítica foi solucionada dando enfoque aos estudos das relações entre os sexos, partindo da tese de que a definição de mulher é algo relacional aos homens.

No entanto, a categoria *mulheres* como um ser universal, porém, distinto de *homens*, passou a ser criticada por feministas negras, indígenas e, trabalhadoras. A saída então foi fragmentar o conceito de mulheres, levando em consideração a classe, raça, sexualidade, etnia, demarcando as diferenças políticas dentro do movimento feminista⁸. Ainda como tentativa de solução da problemática da categoria analítica *história das mulheres*, surge a utilização de *gênero*, principalmente devido ao conceito ser “desprovido de propósito ideológico imediato”⁹.

É possível localizar uma das origens das discussões de gênero nas obras da filósofa Simone de Beauvoir, principalmente, *O Segundo Sexo*. Nele, a autora não utilizou a polarização masculino e feminino como dada e acabada. Ela explorou o “modo como as mulheres se construíam na condição de o ‘outro’ na consciência dos homens”¹⁰. Passamos

⁶ VASQUINHAS, 2015 apud MACHADO, Bárbara Araújo; PINHEIRO, Camila Fernandes. **Relações de gênero e trabalho: história e teoria**. Curitiba: Intersaberes, 2023, p. 25. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 02 out. 2024.

⁷ SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: BURKE, P. (Org). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Ed. Da UNESP, 2011, p. 63-85.

⁸ MACHADO, Bárbara Araújo; PINHEIRO, Camila Fernandes. **Relações de gênero e trabalho: história e teoria**. Curitiba: Intersaberes, 2023, p. 31. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 02 out. 2024.

⁹ SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: BURKE, P. (Org). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Ed. Da UNESP, 2011, p. 67.

¹⁰ MACHADO, Bárbara Araújo; PINHEIRO, Camila Fernandes. **Relações de gênero e trabalho: história e teoria**. Curitiba: Intersaberes, 2023, p. 37. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 02 out. 2024.

agora para a discussão de duas autoras, divergentes entre si, quando se trata da definição do conceito de gênero, Joan Scott e Judith Butler.

A primeira autora, apresenta uma discussão sobre a relevância do conceito de gênero na análise histórica, desafiando as visões tradicionais que frequentemente relegam a questão de gênero a um espaço secundário dentro da pesquisa histórica.¹¹ Scott argumenta que a categoria de gênero não apenas ilumina as relações de poder entre os sexos, mas também serve como uma ferramenta essencial para a compreensão das dinâmicas sociais, políticas e culturais ao longo da história.

A autora em sua análise apresenta a evolução do conceito de gênero, que, segundo ela, deve ser entendido como uma construção social e histórica, em vez de uma simples referência à diferença biológica entre homens e mulheres. Essa construção social é permeada por normas, valores e práticas que definem o que significa ser masculino ou feminino em diferentes contextos históricos. Ao enfatizar essa perspectiva, Scott propõe que a análise de gênero permite uma melhor compreensão das desigualdades sociais e das estruturas de poder que moldam as experiências individuais e coletivas. Em suas palavras,

o gênero é, portanto, um meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre as diversas formas de interação humana. Quando os (as) historiadores (as) procuram encontrar as maneiras como o conceito de gênero legitima e constroi as relações sociais, eles /elas começam a compreender a natureza recíproca do gênero na sociedade e das formas particulares, situadas em contextos específicos, como a política constroi o gênero e o gênero constroi a política.¹²

Um dos principais argumentos de Scott é a intersecção entre gênero e poder. Ela destaca que as relações de gênero estão intrinsecamente ligadas às relações de poder, o que implica que o estudo do gênero deve ser também um estudo das relações sociais mais amplas. Ao dismantelar as narrativas históricas que ignoram ou minimizam a importância do gênero, a autora revela como as identidades de gênero são utilizadas para justificar e manter hierarquias sociais. Essa abordagem crítica desafia a noção de que as categorias de gênero são fixas, mostrando que elas são, de fato, fluidas e em constante negociação. Além disso, ela propõe uma metodologia que incorpora a análise de gênero como um componente central da pesquisa histórica. Sugere que os historiadores considerem as práticas culturais, os discursos e as instituições que moldam as identidades de gênero. Essa metodologia permite que os pesquisadores identifiquem não apenas como as mulheres e os homens foram representados

¹¹ SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, [S. l.], v. 20, n. 2, 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 3 out. 2024.

¹² SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, [S. l.], v. 20, n. 2, 2017, p. 23. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 3 out. 2024.

na história, mas também como essas representações influenciaram a formação de políticas, instituições e movimentos sociais, incluindo vozes marginalizadas, oferecendo um panorama mais completo das experiências humanas.

Concluindo, Joan Scott¹³ argumenta que o gênero deve ser considerado uma categoria fundamental de análise histórica, não apenas por sua capacidade de iluminar as dinâmicas de poder, mas também por sua relevância para a compreensão das construções sociais ao longo do tempo. Para a pesquisadora, a análise de gênero não é apenas uma adição ao campo da história, mas uma abordagem que transforma a forma como entendemos o passado, abrindo espaço para novas interpretações e compreensões das experiências humanas, instigando historiadores a repensarem suas metodologias e a inclusão das complexidades das identidades de gênero em suas narrativas históricas, promovendo uma análise mais rica e multifacetada.

Outra autora fundamental para a discussão a respeito do conceito de gênero é a filósofa e teórica Judith Butler, a obra *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão de Identidade*¹⁴ é fundamental no campo dos estudos de gênero e da teoria queer. Publicado inicialmente em 1990, o texto se tornou um marco para a discussão sobre a construção social do gênero e suas implicações para a política feminista e a teoria da identidade. Butler propõe uma crítica radical às noções tradicionais de gênero, identidade e subjetividade, enfatizando a performatividade como uma chave para a compreensão das dinâmicas de poder que moldam as experiências de gênero.

Uma das ideias centrais é a de que o gênero não é uma essência fixa, mas sim uma performance reiterativa. Butler argumenta que as identidades de gênero são construídas por meio de atos repetidos e normas sociais que são performativas. Assim, o gênero é algo que se faz, não algo que se é. Ou seja, “o gênero deve ser entendido como uma prática, algo que se realiza, e não uma essência que se revela”¹⁵. Essa perspectiva desafia a noção de que existe uma base biológica ou natural que define o que é ser homem ou mulher. Ao contrário, Butler sustenta que as identidades de gênero são construídas socialmente e estão sujeitas a mudanças.

¹³ SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, [S. l.], v. 20, n. 2, 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 3 out. 2024; SCOTT, J. História das Mulheres. In: BURKE, P. (Org). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. da UNESP, 2011, p. 63-85. SCOTT, J. *Gender and the politics of history*. Columbia University Press: New York, 1988. Disponível em: [Gender and the politics of history : Scott, Joan W : Free Download, Borrow, and Streaming : Internet Archive](#). Acesso em: 4 out. 2024.

¹⁴ BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: Feminismo e subversão de identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990.

¹⁵ BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: Feminismo e subversão de identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990, p. 25.

Essa ideia de performatividade leva a uma reavaliação das categorias de gênero. A autora sugere que a rigidez das normas de gênero é o que perpetua as desigualdades sociais, e que a subversão dessas normas pode abrir espaço para novas formas de identidade e expressão. A performatividade do gênero, portanto, se torna uma forma de resistência às imposições sociais que delimitam o que significa ser homem ou mulher.

Além da reavaliação da categoria analítica de gênero, a autora também apresenta uma crítica contundente ao feminismo tradicional, que frequentemente assume uma visão essencialista do gênero. Ela argumenta que muitas correntes do feminismo baseiam suas lutas em uma ideia de *mulher* ignorando a diversidade de experiências e identidades que compõem a vivência feminina. Essa abordagem pode, inadvertidamente, reforçar as hierarquias de gênero ao promover uma visão monolítica do que constitui a identidade feminina. Sendo assim, “a categoria de 'mulher' frequentemente ignora a diversidade de experiências e identidades que a compõem”¹⁶.

Em vez de buscar uma definição fixa de *mulher*, Butler propõe que o feminismo deve reconhecer e acolher a multiplicidade de experiências e identidades. Isso inclui a consideração de questões interseccionais, onde raça, classe, sexualidade e outras categorias sociais se entrelaçam e impactam a vivência do gênero. Ao destacar essa diversidade, ela abre espaço para um feminismo mais inclusivo e eficaz.

No livro supracitado a autora ainda aborda a questão da política de identidade, criticando a forma como as identidades são frequentemente utilizadas para mobilizar ações políticas. Butler argumenta que a fixação em identidades pode limitar as possibilidades de transformação social. Em vez de adotar uma política que se baseia em categorias fixas, ela defende uma abordagem que reconheça a fluidez das identidades e a necessidade de estratégias políticas que desafiem as normas estabelecidas. Nesse sentido, a subversão se torna um elemento crucial na luta contra as opressões de gênero. Ela sugere que, ao desestabilizar as normas de gênero através da performance e da resistência, as pessoas podem abrir caminho para novas formas de identidade que não se restringem às categorias binárias tradicionais. Essa subversão, portanto, é uma forma de dismantelar estruturas de poder que perpetuam desigualdades. Em outras palavras, “a subversão se dá quando se joga com as normas e se recusa a se conformar a elas, criando novas possibilidades de identidade”¹⁷.

¹⁶ BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e subversão de identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990, p. 39.

¹⁷ BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e subversão de identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990, p. 78.

As ideias de Butler têm profundas implicações teóricas e práticas. Teoricamente, sua obra desafia os fundamentos da epistemologia e da ontologia de gênero, incentivando novas formas de pensar sobre identidade e subjetividade. Praticamente, suas proposições sobre a performatividade do gênero podem informar movimentos sociais e políticas públicas, sugerindo que a mudança social pode ser alcançada através da resistência à normatividade. Além disso, a obra de Butler inspira uma nova geração de estudiosos e ativistas a explorar a complexidade das identidades e a intersecção de diversas opressões. A ideia de que a resistência pode ocorrer através da subversão das normas de gênero abre espaço para formas de ativismo que são mais flexíveis e adaptáveis às realidades contemporâneas.

Por fim, a teoria proposta pela autora reconfigura a forma como pensamos sobre gênero e identidade. Judith Butler oferece uma análise crítica que desafia as convenções e abre caminhos para novas formas de entendimento e ação política. Ao enfatizar a performatividade e a multiplicidade das experiências de gênero, ela não apenas amplia o escopo do feminismo, mas também contribui para a construção de um mundo onde as identidades possam ser reconhecidas em sua complexidade e fluidez. Assim, a teoria da autora permanece relevante, oferecendo um arcabouço teórico robusto para enfrentar as desigualdades de gênero e as opressões contemporâneas.

Após discorrer brevemente sobre as autoras, mesmo que possuam interpretações diversas sobre a categoria analítica *gênero*, podemos extrair algumas conclusões a respeito do conceito. (1) O termo pressupõe a ideia de que a diferença entre sexos não é algo exclusivamente biológico e natural, mas sim, construído social e historicamente. (2) Além disso, dado a construção social das diferenças entre masculino e feminino, com a utilização do referido conceito é possível deixar demarcado a historicidade da construção dessas relações.

Outro conceito relevante para a presente análise é a categoria analítica de *patriarcado*. Tomamos de empréstimo as ponderações de Heleieth Saffioti sobre o conceito supracitado. A autora analisa o conceito de patriarcado sob a ótica das relações de poder entre os gêneros (homem/mulher). Saffioti argumenta que o patriarcado não é apenas uma estrutura social, mas uma construção histórica que se manifesta em diversas esferas da vida social, política e econômica.

Ela também caracteriza o patriarcado como um sistema que privilegia os homens em detrimento das mulheres, estabelecendo uma hierarquia que perpetua desigualdades e violências. Essa estrutura é sustentada por uma série de normas e valores culturais que naturalizam a subordinação feminina, promovendo a ideia de que as mulheres são inferiores ou, de alguma forma, destinadas a papéis secundários. Saffioti examina como essa lógica

patriarcal se reflete nas diversas formas de violência de gênero, enfatizando que a violência não se restringe apenas à agressão física, mas inclui também a violência psicológica, sexual e econômica.

A autora observa como as relações de poder são mantidas através de práticas sociais, instituições e discursos que legitimam a opressão das mulheres. Além disso, Saffioti discute o papel da socialização na construção de identidades de gênero e como essa socialização reforça as expectativas patriarcais. A autora propõe que a desconstrução dessas identidades e a luta contra o patriarcado são essenciais para a promoção da igualdade de gênero e a erradicação da violência.

Sendo assim,

a violência de gênero é uma expressão do patriarcado, manifestando-se de diversas formas que vão desde a opressão sutil até a agressão física explícita. Este fenômeno não pode ser dissociado das estruturas sociais que sustentam a hierarquia entre os gêneros, onde a mulher é frequentemente posicionada em uma condição de inferioridade.¹⁸

2. Espaços e papéis sociais

As mulheres sempre trabalharam¹⁹. Feito os devidos recortes de raça e classe, as mulheres sempre estiveram presentes no mercado de trabalho. O que é possível observar no decorrer do século XX até a atualidade será os meandros da interseccionalidade entre gênero, raça e classe. Onde a entrada e permanência das mulheres no mercado de trabalho é algo relacional e economicamente desigual se comparado aos homens, além disso, quando comparado às mulheres brancas e negras, as últimas, em geral, saem em desvantagem no mercado de trabalho, muitas das vezes ocupando as formas informais de emprego.²⁰

Ao longo do século XX, ao “lado das mulheres pobres, [que] desde sempre [foram] inseridas no mercado de trabalho, passaram a buscá-lo também aquelas dos segmentos médios e mesmo mais elevados da sociedade”²¹. Todavia, os trabalhos femininos eram, constantemente, diversos. A começar pela própria expressão que é marcado pela polissemia, devido à multiplicidade de significados,

¹⁸ SAFFIOTI, Heleieth. Gênero, Violência e Patriarcado. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987, p. 32.

¹⁹ MATOS, Maria Izilda; BORELLI, Andrea. Espaço feminino no mercado produtivo. In: **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2023; LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2018.

²⁰ FEIJÓ, Janaína. A participação de mulheres negras no mercado de trabalho. **Portal FGV**. 28 de julho de 2022. Disponível em: [A participação das mulheres negras no mercado de trabalho | Portal FGV](#). Acesso em: 16 de outubro de 2024.

²¹ SOIHET, Rachel. A conquista do espaço público. In: **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2023, p. 219.

alguns confundem “trabalho feminino” com as funções domésticas, os cuidados com a família e a casa; já outros entendem que ele envolve as atividades remuneradas realizadas no próprio domicílio e mesmo a participação das mulheres no mercado de trabalho.²²

No pós Primeira Guerra Mundial, a ideia de que a mulher deveria se dedicar integralmente ao lar e à maternidade passou a ganhar força. A partir de então, o trabalho feminino foi tema de debates e oposições por parte de diversos setores sociais. Argumentos de cunhos morais, jurídicos e religiosos passou a estigmatizar o trabalho feminino como algo que levava a mulher à perdição moral e até mesmo à prostituição.²³

Outra alteração socioeconômica, principalmente nas grandes cidades brasileiras, que corroborou para que o trabalho feminino fosse algo estritamente doméstico foi a modernização das relações sociais, essa possuindo como base a ideologia burguesa emergente, mais especificamente, a nova constituição de família, influenciada pela ideário burguês²⁴.

Nos primeiros anos do século supracitado, as

autoridades públicas limitaram o ‘mau uso’ da casa e tenderam a estabelecer uma nova atitude em relação às ruas, agora consideradas ‘lugares públicos’ (...). Com isso, *o lugar público ganha, então, um significado oposto ao do uso particular [da casa]*.²⁵

A vida burguesa trouxe consigo a “privatização da família marcado pela valorização da intimidade”, entretanto, essa interiorização da vida doméstica tinha consigo a abertura, por parte das famílias ricas, dos salões de suas casas, fazendo com que o comportamento feminino submeta-se à avaliação e opinião alheia. Assim sendo, “sob os olhares atentos da sociedade [, as] mulheres tiveram de aprender a comportar-se em público, a conviver de maneira educada”.²⁶

Assim sendo,

convém não esquecer que a emergência da família burguesa, ao reforçar no imaginário a importância do amor familiar e do cuidado com o marido e com os filhos, redefine o papel feminino e ao mesmo tempo reserva para a mulher novas e absorventes atividades no interior do espaço doméstico. Percebe-se o endosso desse papel por parte dos meios médicos, educativos e da imprensa

²² MATOS, Maria Izilda; BORELLI, Andrea. Espaço feminino no mercado produtivo. In: **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2023, p. 127.

²³ MATOS, Maria Izilda; BORELLI, Andrea. Espaço feminino no mercado produtivo. In: **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2023, p. 133.

²⁴ D’INCAO, Maria Ângela. Mulher e a família burguesa. In: **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2018, p. 226.

²⁵ D’INCAO, Maria Ângela. Mulher e a família burguesa. In: **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2018, p. 224. Grifos nossos.

²⁶ D’INCAO, Maria Ângela. Mulher e a família burguesa. In: **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2018, p. 228.

na formulação de uma série de propostas que visavam “educar” a mulher para seu papel de guardiã do lar e da família - a medicina, por exemplo, combatia severamente o ócio e sugeria que as mulheres se ocupassem ao máximo dos afazeres domésticos. Considerada a base moral da sociedade, a mulher de elite, a esposa e mãe da família burguesa deveria adotar regras castas no encontro sexual com o marido, vigiar a castidade das filhas, construir uma descendência saudável e cuidar do comportamento da prole.²⁷

Posto isto, no decorrer das primeiras metades do século XX, muito influenciado pelo ideário burguês emergente no Brasil, as mulheres foram submetidas às tentativas de normatização de suas condutas, sendo o trabalho doméstico e o cuidado com a família tido como feminino por excelência. Entretanto, pensando no recorte de classe e raça, percebemos que as mulheres da elite, brancas foram os maiores alvos dessa tentativa de normatização. As pobres e as negras, devido às suas condições financeiras, já estavam inseridas no trabalho doméstico, todavia não apenas de suas famílias, mas também das famílias burguesas elitizadas.²⁸ Os homens, por outro lado, dentro da ideologia burguesa, eram os responsáveis por ocupar o espaço público e garantir o sustento da prole.

Possuindo como parâmetro o ideário burguês supracitado, dentro do campo científico, a atuação feminina percorreu diversos entraves ao longo do tempo. Um deles, foi a divisão entre a razão e a emoção, ou seja, a existência da

gênese da divisão sexual e emocional do trabalho, (...), que rotulava mente, razão e objetividade como “masculinas”, e coração (e corpo), sentimento e subjetividade como “femininos” e que, portanto, estão subjacentes à exclusão das mulheres do empreendimento científico.²⁹

Dado essa divisão sexual e emocional do trabalho científico, diversas foram as formas de superação dessa barreira e da paulatina inserção e reconhecimento da mulher no espaço acadêmico-científico. Dentre elas, o movimento feminista dos anos 1970 e 1980, que mudou a percepção de/dos gênero/s em boa parte do ocidente, mudando também as condições sociais das mulheres nesses espaços. Keller³⁰ usa como exemplo a realidade estadunidense, onde em 1970 apenas 8% dos doutorados em ciências naturais eram mulheres, nos anos 2000 esse número subiu para 35%. Segundo a autora, em

1970 era difícil encontrar mulheres como professoras titulares em qualquer das disciplinas científicas (a maioria dos departamentos não tinha nenhuma). Hoje [2006], em contraste, entre os professores titulares nas ciências naturais

²⁷ D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e a família burguesa. In: **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2018, p. 230.

²⁸ MATOS, Maria Izilda; BORELLI, Andrea. Espaço feminino no mercado produtivo. In: **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2023, p. 131-132.

²⁹ KELLER, Evelyn Fox. Qual foi o impacto do feminismo na ciência? In: **Cadernos de Pagu**. n. 27. Dez 2006. p. 15. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332006000200003>. Acesso em 06 de novembro de 2024.

³⁰ KELLER, Evelyn Fox. Qual foi o impacto do feminismo na ciência? In: **Cadernos de Pagu**. n. 27. Dez 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332006000200003>. Acesso em 06 de novembro de 2024.

que obtiveram seus títulos nos últimos dez anos, as mulheres são impressionantes 46%.³¹

A presente análise traz como objeto de observação justamente essa participação feminina na ciência. Entretanto, possui-se como localização geográfica o Brasil, e, como recorte temporal os anos de 2022 à 2023, tal como será extensamente discutido adiante.

CAPÍTULO 2: TRABALHOS DE MULHERES: O LONGO CAMINHO ATÉ A OCUPAÇÃO DE ESPAÇOS DITOS MASCULINOS

O fenômeno da segregação ocupacional, onde homens e mulheres são frequentemente alocados em diferentes tipos de trabalho, tem como base os estereótipos de gênero, cujas origens foram citadas anteriormente. Esse processo resulta em desigualdades salariais e de condições de trabalho, perpetuando uma hierarquia que privilegia os homens em muitas profissões, dentre elas, as ciências exatas, ditas *hards*. Além disso, existe a sobrecarga de trabalho enfrentada pelas mulheres, que muitas vezes são responsáveis não apenas por suas atividades profissionais, mas também por tarefas domésticas e de cuidado. Essa dupla, muitas vezes tripla, jornadas de trabalho é uma questão central quando discutem-se as inter relações entre gênero e trabalho, revelando como as expectativas sociais em relação ao papel das mulheres impactam suas possibilidades de inserção e sucesso no mercado de trabalho.³²

Historicamente, no decorrer do século XX, seja devido à emancipação feminina ou às questões financeiras, as mulheres de famílias com maior poder aquisitivo adentraram o espaço público e passaram a ocupar o mercado de trabalho. Surgiram alguns “trabalhos limpos, distintos, e para uma pequena burguesia proletarizada”, como vendedoras, nos comércios e secretárias, nos escritórios. Esses locais *distintos* eram aqueles socialmente aceitos para a entrada feminina no mundo assalariado. Entretanto, os cargos ocupados por mulheres eram notáveis pelos *trejeitos femininos*, ou seja, deveriam agir de forma devota, prestativa e sempre com um sorriso no rosto.³³ Outra característica no que tange ao trabalho feminino da época está a ideia de consolidar uma carreira, de acordo com Michelle Perrot³⁴, isto era considerado pouco feminino, uma vez que a ambição é uma característica masculina. Outro ponto a ser

³¹ KELLER, Evelyn Fox. Qual foi o impacto do feminismo na ciência? In: **Cadernos de Pagu**. n. 27. Dez 2006. p. 16-17. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332006000200003>. Acesso em 06 de novembro de 2024.

³² MACHADO, Bárbara Araújo; PINHEIRO, Camila Fernandes. **Relações de gênero e trabalho: história e teoria**. Curitiba: Intersaberes, 2023. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 19 out. 2024.

³³ PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru, SP: EDUSC, 2005, p. 245-255.

³⁴ PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru, SP: EDUSC, 2005, p. 255.

mentionado é que ao dedicarem-se à uma carreira, ocasionaria, às mulheres o abandono do casamento, algo inimaginável para elas no período histórico supracitado.

Todavia, mesmo as mulheres ocupando trabalhos assalariados, há a (re)construção de estereótipos de gênero, onde a diferenciação agora seria nos salários ofertados. *Empregos de mulheres*, tinham por característica o pagamento de menores salários, além disso, os postos de chefia ainda eram ocupados por homens. Ademais, as “‘profissões boas para uma mulher’ [...] [deveriam] permitir que [ela realizasse] bem a sua tarefa profissional (menor) e a doméstica (primordial)’”.³⁵

A partir de então, cursos e profissões relacionadas ao cuidado, seja de enfermos ou crianças, se tornaram gradativamente, profissões que acolhiam uma grande quantidade de mulheres que estavam em busca de profissionalização. Posto isto, “em áreas que as mulheres eram consideradas ‘mais aptas’ - como Magistério, Enfermagem, Farmácia e Odontologia - os obstáculos foram menores, mas ainda significativos”³⁶. No campo da educação, por exemplo, a mulher ganhou valorização social por seu papel de mãe e educadora, assim sendo, os homens saíram das salas de aula do ensino básico, mantendo-se apenas em postos de maior prestígio, como a inspeção e funções técnicas e administrativas. As jovens de setores médios e da elite da sociedade adentraram os cursos supracitados devido a seus interesses pelo aprimoramento intelectual e maior status social, entretanto, algumas depois de formadas abandonaram a função devido ao casamento ou maternidade.³⁷

Assim sendo, a história do trabalho feminino é marcada por conquistas, mas também por retrocessos. É necessário refletir a forma com que as teorias feministas contribuíram para a não naturalização das relações de gênero no trabalho, questionando os estereótipos e normas que limitavam, e ainda limitam, as possibilidades de atuação profissional das mulheres _ tais como a ideia existente no senso comum que trabalho doméstico e cuidados com os filhos ainda é função exclusivamente feminina. Além disso, ressalta-se a importância da interseccionalidade, ou seja, a análise de gênero deve considerar as categorias analíticas de raça e classe, devendo considerar também a sexualidade e outras identidades sociais que interagem e interferem nas experiências de trabalho.

Mais especificamente enquanto cientistas, as mulheres ainda sofrem com a disparidade e a desigualdade de gênero, mesmo elas sendo maioria em todas as áreas do conhecimento.

³⁵ PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru, SP: EDUSC, 2005, p. 251.

³⁶ MATOS, Maria Izilda; BORELLI, Andrea. Espaço feminino no mercado produtivo. In: **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2023, p. 136.

³⁷ MATOS, Maria Izilda; BORELLI, Andrea. Espaço feminino no mercado produtivo. In: **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2023, p. 136-138.

No ocidente, devido à exclusão das mulheres ao acesso à educação, a participação delas no campo científico foi prejudicada, e, pode-se dizer, atrasada. Isso traz-nos como herança a defasagem na representatividade feminina nesse meio.³⁸ De acordo com um relatório da Elsevier, empresa líder mundial na publicação de artigos científicos, relatório esse atualizado em 2020, cita que

embora a participação das mulheres na pesquisa esteja aumentando em geral, a desigualdade permanece entre os países de origem e em áreas temáticas em termos de resultados de publicações, citações, bolsas concedidas e colaborações. Em todos os países, a porcentagem de mulheres que publicam internacionalmente é menor do que a de homens.³⁹

De mais a mais, seja o relatório seja o Jornal da USP, ambos apontam áreas em que as mulheres ultrapassaram os homens quando o assunto é relevância e publicações de pesquisas. É apontado que de “2009 a 2013, as cientistas brasileiras publicaram até dez vezes mais o primeiro artigo de suas carreiras do que em anos anteriores. A área médica teve 11.911 primeiras publicações entre mulheres, contra 10.956 entre homens.”⁴⁰

Posto isto, mesmo as mulheres sendo maior número nas áreas científicas, ocupando cada vez mais as vagas de mestrado e doutorado, elas ainda enfrentam as barreiras da desvalorização salarial ou acadêmica e do assédio moral ou sexual. Visando a diminuição das disparidades até aqui apontadas, é de extrema importância a adoção de políticas públicas, ligadas aos Direitos Humanos, que promovam a igualdade de oportunidades e a equidade salarial, além de medidas educativas, das quais uma educação pautada em Direitos Humanos torna-se fundamental, incentivando a divisão equitativa das responsabilidades domésticas e de cuidado.

É necessário também ressaltar a necessidade de uma cultura trabalhista inclusiva, que reconheça e valorize a diversidade no ambiente de trabalho. Para isso, é fundamental que haja mudanças nas percepções sociais sobre o papel do gênero no trabalho, seja no âmbito doméstico ou no espaço público, promovendo uma maior conscientização sobre as desigualdades existentes e as formas de combatê-las.

³⁸ SAID, Tabita. Pesquisadoras revelam os desafios das mulheres para fazer ciência. In: Jornal da USP. Disponível em: <https://jornal.usp.br/universidade/pesquisadoras-revelam-os-desafios-das-mulheres-para-fazer-ciencia/>. Acesso em: 09 nov. 2024.

³⁹ Elsevier apud SAID, Tabita. Pesquisadoras revelam os desafios das mulheres para fazer ciência. In: Jornal da USP. Disponível em: <https://jornal.usp.br/universidade/pesquisadoras-revelam-os-desafios-das-mulheres-para-fazer-ciencia/>. Acesso em: 09 nov. 2024.

⁴⁰ SAID, Tabita. Pesquisadoras revelam os desafios das mulheres para fazer ciência. In: Jornal da USP. Disponível em: <https://jornal.usp.br/universidade/pesquisadoras-revelam-os-desafios-das-mulheres-para-fazer-ciencia/>. Acesso em: 09 nov. 2024.

Por fim, as mudanças sociopolíticas e econômicas, como a Revolução Industrial e o movimento feminista, influenciaram a ocupação das mulheres do mercado de trabalho e nas diversas áreas científicas. Essas mudanças não apenas ampliaram as oportunidades para as mulheres, mas também revelaram novas formas de opressão e discriminação. A luta pela igualdade de gênero no trabalho, no entanto, é um processo contínuo, que exige tanto ações individuais quanto coletivas. No próximo capítulo, analisaremos mais enfaticamente sobre as cientistas do Brasil contemporâneo, abordando seus desafios e conquistas no meio acadêmico-científico.

CAPÍTULO 3: MULHERES CIENTISTAS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Por muito tempo, o uso da imprensa foi tido como algo tendencioso, impreciso e embebido de ideologias *indesejadas*. Todavia, atualmente os historiadores e demais cientistas sociais têm alterado essa visão, tornando-a algo passível de análise. Impressos e plataformas online podem construir memórias e influenciar diretamente em diversos âmbitos da sociedade. Nesse sentido, é fundamental a inserção da imprensa na conjuntura histórica, devido ao fato de que ela é uma das grandes influenciadoras da sociedade, integrando e disseminando modos de vida.⁴¹

A mídia desempenha um papel crucial na construção e perpetuação de estereótipos sociais, influenciando significativamente a percepção das pessoas sobre diversos grupos e questões. Através de televisão, cinema, publicidade e noticiários, a mídia frequentemente reproduz e reforça visões estereotipadas, contribuindo para sua naturalização no imaginário social. Isso é particularmente evidente na representação de grupos marginalizados, como mulheres, pessoas negras e LGBTQIA+, que muitas vezes são retratados de forma limitada ou preconceituosa (BIROLI, 2011). Essa propagação constante de estereótipos pode levar à internalização de visões distorcidas como "normais" ou "naturais" (TILIO, 2014).

Apesar de seu papel na reprodução de estereótipos, a mídia também possui o potencial de desconstruí-los, oferecendo representações mais diversas e complexas de diferentes grupos sociais. Iniciativas de educação midiática e conscientização dos profissionais de comunicação são fundamentais nesse processo, visando uma abordagem mais inclusiva e livre de preconceitos (HAKIMI LE GRAND, 2021). A conscientização sobre o impacto da mídia na construção de estereótipos é crucial para fomentar uma sociedade mais equitativa. Portanto, enquanto a mídia pode reforçar visões limitadas, também tem a capacidade de promover

⁴¹ VIEIRA, Lucas Shuab. **A imprensa como fonte para a pesquisa em História**: Teoria e método. Disponível em: www.bocc.ubi.pt. Acessado em outubro de 2024.

mudanças positivas, desempenhando um papel vital na desconstrução de estereótipos prejudiciais e na promoção de uma representação mais justa e diversificada da sociedade.

De acordo com Alves et al. (2019), o estereótipo do cientista frequentemente retratado pela mídia é o de um homem branco, de meia-idade ou idoso, usando jaleco e óculos, com cabelos despenteados, aparentando ser excêntrico ou louco. Esse indivíduo é geralmente representado como um gênio solitário, trabalhando isolado em um laboratório e realizando experimentos perigosos. Os autores argumentam que essa imagem estereotipada, amplamente difundida em diversos meios de comunicação, incluindo desenhos animados e filmes, pode desencorajar jovens, especialmente meninas, de seguirem carreiras científicas

Considerando, portanto, o impacto da mídia na construção estereotipada do “profissional cientista”, o presente estudo teve como objetivo avaliar qualitativamente como são retratadas as mulheres cientistas brasileiras na mídia, utilizando como fonte de pesquisa uma plataforma de notícias de grande circulação. Trata-se, portanto, de um estudo exploratório, documental e qualitativo.

Para tal, foi escolhido como fonte, reportagens online, tendo como recorte temporal de 1 de janeiro de 2022 até 31 de dezembro de 2023. Para o levantamento das reportagens sobre mulheres na ciência, foi utilizada a plataforma de notícias do G1. Essa escolha baseou-se no fato da plataforma de notícias ser a mais acessada da internet. Para confirmar qual plataforma se a G1 era a plataforma com maior número de buscas, foi utilizada a ferramenta Google Trends para avaliação do volume de busca das seguintes plataformas de notícias G1, Uol, CNN e BBC, obtendo-se o G1 com o maior volume de busca na internet no Brasil no ano de 2023 (Fig. 1), sendo também maioria em quase todos os estados brasileiros tal como apresentado na Figura 2.

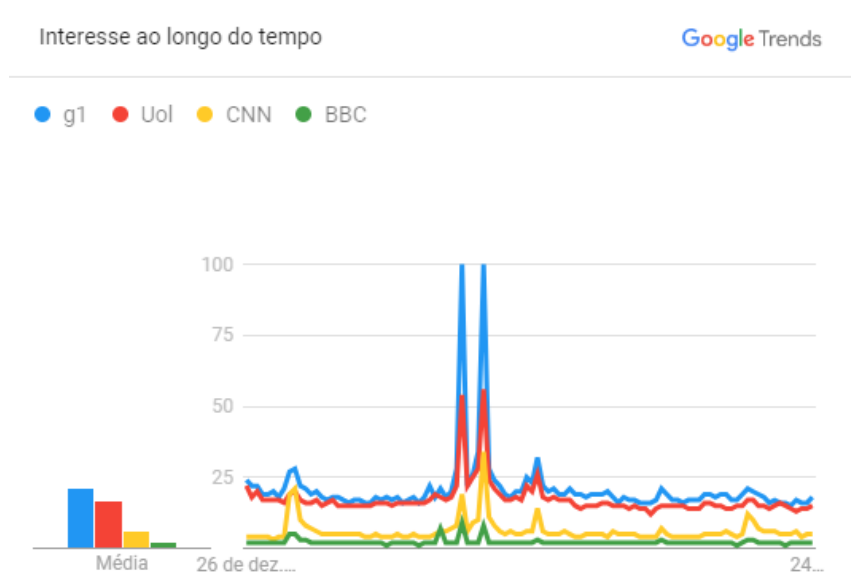


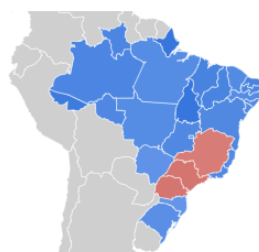
Figura 1: Volume de buscas na internet das plataformas de notícias G1 (azul), Uol (vermelho), CNN (amarelo) e BBC (verde) no ano de 2023 no Brasil, onde pode-se observar o volume de busca total na gráfico de barras e a série temporal de 2023 no gráfico de linhas. Fonte: Gráfico gerado pelo Google Trends

Detalhamento comparado por sub-região

Sub-região ▾

g1 Uol CNN BBC

Classificar: Interesse em g1 ▾



1	Tocantins	
2	Amapá	
3	Acre	
4	Rio Grande do Norte	
5	Maranhão	

Figura 2: Volume de buscas na internet das plataformas de notícias G1 (azul), Uol (vermelho), CNN (amarelo) e BBC (verde) no ano de 2023, distribuído pelos estados brasileiros, onde pode-se observar maior volume de busca pela plataforma G1 para a maioria dos estados brasileiros, seguido pela plataforma CNN apenas nos estados de Minas Gerais, São Paulo e Paraná. Fonte: Gráfico gerado pelo Google Trends.

Em seguida, foi utilizada a ferramenta de busca avançada do Google a seguinte configuração: “mulheres na ciência”, site: <https://g1.globo.com/>, páginas em Português, período 1 de jan. de 2022 a 31 de dez. de 2023. A partir de então, todas as páginas foram visitadas, as reportagens foram lidas e extraídas informações referentes às áreas de pesquisa, premiações e instituições de fomento, dados de extrema importância para a análise.

Durante a busca, foi observado o total de 13 reportagens (Tab. I). Houve representatividade de cientistas de estados das cinco regiões do país, com destaque na área de

ciências biológicas/saúde ou da área exata, faltando representatividade de cientistas da área das humanas.

Tabela I: Reportagens sobre cientistas brasileiras da plataforma de notícias G1 em 2022-2023.

Título	11/10/2023	11/02/2022	18/02/2022	31/03/2022	08/03/2023	01/04/2022	10/02/2023	26/11/2022	30/03/2022	29/09/2022	17/01/2023	04/04/2022	30/03/2022
	No Dia Internacional das Mulheres e meninas na ciência, pesquisadoras lutam por mais oportunidades	Mulheres na ciência: alunas e professoras lideram projetos para incentivar participação feminina na tecnologia	Mulher na ciência: SENAI incentivam a participação feminina em pesquisas científicas e tecnológicas	Maranhão tem mais de 8 mil mulheres cientistas; trajetória de três delas	Mulheres na ciência: conheça pesquisadora que atua em projetos para a saúde no Anapá	Alunas de rede pública levam projeto sobre mulheres nas ciências para maior feira científica internacional do mundo	USP Ribeirão Preto tem evento para Dia das Mulheres na Ciência: 'Movimento multiplicador'	Professora de Caruaru é premiada no 7º edição do programa 'Para Mulheres na Ciência'	Pesquisadora da UFPR é selecionada para evento na Alemanha com vencedores do Prêmio Nobel	Programa 'Futuras Cientistas' tem 36 vagas abertas para alunas e professoras em Campinas; veja áreas e como se inscrever.	Ex-aluna de escola pública é selecionada para participar de pesquisa astrofísica internacional	Dengue: pesquisa premiada da UFMG traz resultado inédito que representa avanços no tratamento de casos graves	Estudante goiana participa de programa de parceria com a Nasa e encontra asteroide
Local	Palmas	Brasília	João Pessoa	Maranhão	Macapá	Mato Grosso do Sul	Ribeirão Preto	Caruaru	Paraná	Campinas	São José dos Campos	Belo Horizonte	Catalão
Curso	Matemática; física; Engenharias; Alimentos	computação	Técnico em Eletroeletrônica	Medicina veterinária	UNIFAP	Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS)	Ciências Farmacéuticas	Ciência da Computação	Ariane Schmidt - Química - UFPR		Astrofísica	Vivian Costa - Ciências biológicas - UFMG	Engenharia Mecatrônica - UFU
Pós-graduação	Matemática; física; Engenharias; Alimentos	Computação	Não consta	Doutorado em Biotecnologia (RENORBIO)	Doutoranda	não possui	não consta	não consta	doutora UFPR				
Pesquisa	Investiga a eco epidemiologia das leishmanioses em Palmas.	Projeto Mennas.comp cujo objetivo é de promover a inclusão e manutenção de mulheres e meninas, da educação básica, na computação.	MeninasSTE: Mpower e um projeto de automação chamado "Agro Inteligente"	Uso de plantas medicinais no tratamento de doenças infecciosas em animais, principalmente a leishmaniose visceral. canina (calazar)	Pesquisas para novas fórmulas e medicamentos a partir de produtos da biodiversidade e amazônica.	Escreveram o livro "Heróinas - Oculas Histórias Contadas da Ciência"	Uma das organizadoras do encontro, explica que a discussão sobre a desigualdade de gênero é essencial para eliminar o machismo da sociedade e, consequentemente, do ambiente acadêmico.	Uso de técnicas de inteligência artificial para analisar dados provenientes de investigações detalhadas de milhares de casos de morte fetal. O principal objetivo é criar modelos preditivos que possam auxiliar os médicos e outros profissionais de saúde no atendimento às gestantes.	Desenvolvimento de materiais para aplicação em baterias.		Em 2021, ela descobriu um asteroide que entrou para a lista oficial da NASA (Administração Nacional da Aeronáutica e Espaço), uma agência espacial com sede nos Estados Unidos; a pesquisa tinha como objetivo investigar a capacidade de cientistas encontrarem o fenômeno raro de lentes gravitacionais, que são uma espécie de lupa gigante que se forma no espaço.	Resultado inédito que pode representar avanços na identificação e no tratamento de casos graves da dengue. Durante o estudo, os pesquisadores descobriram que pacientes e também animais infectados com o vírus têm a redução de uma proteína que funciona como "freio" para a inflamação desencadeada pela doença nos organismos.	Detectou um asteroide em um programa de parceria com a Administração Nacional do Espaço e da Aeronáutica dos Estados Unidos (Nasa).

A ciência, como um dos pilares do desenvolvimento social e humano, não é isenta das influências culturais e estruturais presentes na sociedade. No Brasil, a atuação das mulheres na área científica tem sido tema de um crescente interesse, especialmente à luz das categorias analíticas de gênero e patriarcado, ferramentas que tornam possível a compreensão das barreiras enfrentadas pelas profissionais.

A primeira barreira passível de ser apresentada é a geográfica, principalmente devido à concentração de grandes pólos do campo científico na região sudeste. Entretanto, mesmo com a disparidade da existência de polos tecnológicos e científicos pelo Brasil, nas reportagens analisadas encontramos mulheres de destaque em todas as regiões do país, principalmente das áreas de exatas e biológicas.

Um dos empecilhos apresentados pelas entrevistadas está na crença de que ser mulher “é algo negativo ou impeditivo para se realizar ciência”, apontam também questionamentos acerca dos cuidados com filhos “se tal fato atrapalharia [sic] seu rendimento e desempenho na realização de pesquisas”. Podemos observar que a maternidade, embora seja uma experiência enriquecedora e central na vida de muitas mulheres, ainda apresenta desafios significativos para aquelas que desejam conciliar o papel materno com carreiras acadêmicas ou científicas. A sobrecarga de responsabilidades domésticas e familiares recai desproporcionalmente sobre as mulheres, o que frequentemente resulta em interrupções na carreira ou em uma progressão mais lenta no ambiente científico. Além disso, a ausência de políticas institucionais robustas, como licenças-maternidade adequadas, apoio para cuidados infantis e flexibilidade no trabalho, perpetua desigualdades de gênero no âmbito acadêmico, dificultando a plena participação das mulheres no desenvolvimento científico e tecnológico. Apesar desses obstáculos, a atuação feminina na ciência tem crescido significativamente nas últimas décadas, impulsionada por iniciativas de inclusão, redes de apoio e políticas de equidade de gênero em diversas instituições, tal como a inserção da licença maternidade no lattes.

Além disso, é citado também assédios moral e sexual e o “assédio físico e psicológico que essas mulheres enfrentam na formação e em toda a carreira científica”.⁴² Outra questão apontada está no estereótipo do que é ser um cientista, onde “é muito automático o que vem na nossa cabeça. A imagem de um homem branco, mais velho, vestido de jaleco, todo formal, uma pessoa que não é sociável”. E, essa ideia perpassa o imaginário até das próprias mulheres, onde devido a esses estereótipos de gênero, não se veem enquanto cientista, ou que

⁴² G1. Maranhão tem mais de 8 mil mulheres cientistas; o G1 destaca a trajetória de três delas. Disponível em: <https://g1.globo.com/ma/maranhao/vem-ver-pequeno/noticia/2022/03/31/maranhao-tem-mais-de-8-mil-mulheres-cientistas-g1-destaca-a-trajetoria-de-tres-delas.ghtml>. Acesso em: 11 nov. 2024.

a ciência não seria o espaço indicado a elas. Visando superar esse imaginário, segundo uma das entrevistadas, “a chave seria, a nível de sociedade, a gente entender que não existem atividades femininas e masculinas. Existem atividades que precisam ser feitas”.⁴³ Em se tratando de estereótipos de cientistas, esse é influenciado pela mídia que atinge, principalmente, os adolescentes. A visão dos adolescentes sobre a ciência e os cientistas é amplamente influenciada por estereótipos difundidos na mídia, como a figura do cientista solitário, excêntrico e majoritariamente masculino. Além disso, muitos jovens associam a ciência a áreas específicas, como física e química, ignorando sua interdisciplinaridade e aplicações sociais. Apesar disso, existem formas de superar o estereótipo supracitado, colocando experiências práticas, como aulas experimentais e contato direto com profissionais da área, ampliando a compreensão dos adolescentes sobre a ciência e despertando maior interesse das meninas pelo campo.⁴⁴

Apesar desses obstáculos, a atuação feminina na ciência tem crescido significativamente nas últimas décadas, impulsionada por iniciativas de inclusão, redes de apoio e políticas de equidade de gênero em diversas instituições, tal como a inclusão do campo de licença-maternidade no Currículo Lattes, alteração que foi anunciada pelo CNPq recentemente⁴⁵.

Outra questão que chama atenção são as datas de publicação das reportagens, das quatorze reportagens analisadas do período supracitado, nove delas eram em datas comemorativas, seja em fevereiro _ cuja data, 11/02, foi estipulada pela ONU como Dia Internacional das Mulheres e Meninas na Ciência; ou em março _ no Dia Internacional das Mulheres, 08/03. A partir disso, é passível de duas análises, a primeira é a importância de datas comemorativas para recordar que as mulheres (re)existem no campo científico. A segunda, já mais pessimista, demonstra que as mulheres são lembradas *apenas* em datas comemorativas, ficando apagadas nos demais dias do ano. Seja em uma análise otimista ou não, fato é que as reportagens analisadas se debruçam *realmente* sobre o trabalho das mulheres dentro da ciência, não existindo margens para perguntas como o cuidado com os filhos e o espaço doméstico, questões que não seriam perguntadas aos homens.

⁴³ G1. USP Ribeirão Preto tem evento para Dia de Mulheres na Ciência: 'Movimento multiplicador'. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2023/02/10/usp-ribeirao-preto-tem-evento-para-dia-de-mulheres-na-ciencia-movimento-multiplicador.ghtml>. Acesso em: 11 nov. 2024.

⁴⁴ REZNIK, Gabriela; MASSARANI, Luisa Medeiros; RAMALHO, Marina; MALCHER, Maria Ataíde; AMORIM, Luis; CASTELFRANCHI, Yuri. Como adolescentes apreendem a ciência e a profissão de cientista? Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 25, n. 2, p. 829-852, maio/ago. 2017. DOI: 10.1590/1806-9584.2017v25n2p829. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/5xYKHSY4B3LCXTCN4Kskh6r/>. Acesso em: 17 dez. 2024.

⁴⁵ <https://www.gov.br/cnpq/pt-br/assuntos/noticias/cnpq-em-acao/cnpq-anuncia-inclusao-do-campo-licenca-maternidade-no-curriculo-lattes>

Como supracitado, a partir de reportagens da plataforma G1, analisa-se a participação das mulheres no campo científico brasileiro, destacando avanços e complexidades do ambiente acadêmico e profissional. Os dados revelam que, apesar de conquistas notáveis, as mulheres ainda enfrentam discriminação de gênero e desigualdades estruturais que muitas vezes limitam suas oportunidades e reconhecimentos dentro das ciências.

A estrutura patriarcal, profundamente enraizada na sociedade brasileira, influencia diretamente as dinâmicas de poder, percepção e recepção das pesquisas feitas por mulheres no campo científico. Essa estrutura perpetua a ideia de que alguns campos de conhecimento são mais naturalmente apropriados aos homens e dificultam o reconhecimento das mulheres enquanto líderes das pesquisas. As reportagens analisadas demonstram que, embora o número de mulheres com pós graduação ou a existência de programas de incentivo à ciência para meninas adolescentes tenha aumentado, elas ainda são minorias em posições de lideranças científicas. Além disso, embora haja avanços no acesso dessas mulheres no campo científico, existem ainda questões como a disparidade salarial, assédios, preconceitos e o desequilíbrio nas responsabilidades domésticas, dificultando seu desempenho e progressão na carreira.

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluindo, para promover uma ciência verdadeiramente justa e inclusiva, é essencial que as estruturas patriarcais e os estereótipos de gênero sejam superados. Isso requer políticas que promovam a equidade de gênero e que promovam também uma mudança sociocultural de valorização da atuação feminina dentro do meio, visando o enriquecimento científico e social como um todo. Embora o número de programas de incentivo à ciência voltados para adolescentes tenha crescido nos últimos tempos, que tenha também aumentado a quantidade de mulheres adentrando o meio científico das ciências *hards*, ainda há muito caminho a percorrer na busca de equidade e igualdade de oportunidades. Faz-se necessário criar redes de apoio e políticas institucionais voltadas a sanar o assédio e as desigualdades de gênero no campo científico.

O presente estudo, ao mostrar a presença e a visibilidade de mulheres cientistas nas mídias, permite a reflexão sobre os estereótipos de gênero e a importância do combate às desigualdades estruturais. Essas ainda afetam as oportunidades de homens e mulheres de maneira distinta, especialmente em áreas historicamente dominadas por homens, como as ciências. Ao destacar os obstáculos que as mulheres enfrentam, o estudo contribui para compreensão e análise das desigualdades de gênero como uma pauta de negação de direitos fundamentais. Além disso, ao investigar se as mulheres cientistas têm as mesmas

oportunidades que seus colegas homens e se a mídia exibe uma representação justa e igualitária dessas profissionais, o trabalho traz à tona uma reflexão sobre o direito à equidade no ambiente científico e profissional, um tema alinhado à promoção da igualdade e ao respeito à diversidade, temas que são basilares para educação em Direitos Humanos.

REFERÊNCIAS

ALVES, L. R. et al. Como a imagem de cientista aparece em curtas de animação? História, Ciências, Saúde-Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 26, n. 3, p. 753-777, 2019.

BIROLI, F. Mídia, tipificação e exercícios de poder: a reprodução dos estereótipos no discurso jornalístico. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 6. Brasília, julho - dezembro de 2011, pp. 71-98

BUTLER, Judith. Problemas de Gênero: Feminismo e subversão de identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e a família burguesa. In: História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2018.

DOYLE, A. Educação midiática a serviço da desconstrução de estereótipos de gênero: práticas de ensino críticas. Revista FAMECOS, Porto Alegre, v. 29, p. 1-12, jan.-dez. 2022

HAKIMI LE GRAND, Héloïse. Combate a estereótipos de gênero na mídia exige regulamentações e educação, dizem especialistas. IJNET, 2021. Disponível em: <https://ijnet.org/pt-br/story/combate-estere%C3%B3tipos-de-g%C3%AAnero-na-m%C3%ADia-exige-regulamenta%C3%A7%C3%B5es-e-educa%C3%A7%C3%A3o-dizem-especialistas>. Acesso em: 16 dez. 2024.

KELLER, Evelyn Fox. Qual foi o impacto do feminismo na ciência? In: Cadernos de Pagu, n. 27, dez. 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332006000200003>. Acesso em: 06 nov. 2024.

MACHADO, Bárbara Araújo; PINHEIRO, Camila Fernandes. Relações de gênero e trabalho: história e teoria. Curitiba: Intersaberes, 2023. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 02 out. 2024.

MARANHÃO TEM MAIS DE 8 MIL MULHERES CIENTISTAS; O G1 DESTACA A TRAJETÓRIA DE TRÊS DELAS. Disponível em: <https://g1.globo.com/ma/maranhao/vem-ver-pequeno/noticia/2022/03/31/maranhao-tem-mais-de-8-mil-mulheres-cientistas-g1-destaca-a-trajetoria-de-tres-delas.ghml>. Acesso em: 11 nov. 2024.

MATOS, Maria Izilda; BORELLI, Andrea. Espaço feminino no mercado produtivo. In: Nova história das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2023.

PERROT, Michelle. As mulheres ou os silêncios da história. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

SAID, Tabita. Pesquisadoras revelam os desafios das mulheres para fazer ciência. In: Jornal da USP. Disponível em: <https://jornal.usp.br/universidade/pesquisadoras-revelam-os-desafios-das-mulheres-para-fazer-ciencia/>. Acesso em: 09 nov. 2024.

SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: BURKE, Peter (Org). A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: Ed. Da UNESP, 2011.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade, [S. l.], v. 20, n. 2, 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 03 out. 2024.

SCOTT, J. Gender and the politics of history. Columbia University Press: New York, 1988. Disponível em: Gender and the politics of history : Scott, Joan W : Free Download, Borrow, and Streaming : Internet Archive. Acesso em: 04 out. 2024.

TILIO, R. Padrões e estereótipos midiáticos na formação de ideais estéticos em adolescentes do sexo feminino. Revista Ártemis, Vol. XVIII nº 1; jul-dez, 2014. pp. 147-159

USP RIBEIRÃO PRETO TEM EVENTO PARA DIA DE MULHERES NA CIÊNCIA: 'MOVIMENTO MULTIPLICADOR'. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2023/02/10/usp-ribeirao-preto-tem-evento-para-dia-de-mulheres-na-ciencia-movimento-multiplicador.ghtml>. Acesso em: 11 nov. 2024.

VIEIRA, Lucas Shuab. A imprensa como fonte para a pesquisa em História: Teoria e método. Disponível em: www.bocc.ubi.pt. Acesso em: 04 out. 2024.

